

Código de Ética em debate

CRESS-RJ lança livro que articula os princípios éticos com a atuação de assistentes sociais

Páginas 8 e 9

Eleições no Conjunto CFESS/CRESS
Votação será em março

Página 12

Exercício profissional em favelas
A experiência da equipe social
da Redes da Maré

Páginas 4 e 5

CRESS opina

Cresce a inserção profissional na educação



Quando se debate educação, surge uma polêmica. Ela é o caminho prioritário para a busca de uma vida melhor? Dados oficiais demonstram que, no Brasil, pessoas com curso superior recebem, em média, salários 30% maiores que pessoas com níveis inferiores de formação. Contudo, tanto no Brasil quanto na Europa (sobretudo na Grécia e Espanha), jovens com alto nível de escolaridade vivem há anos atrás de empregos que a atual fase do capitalismo não consegue gerar.

Não se deve idealizar a educação tradicional hegemônica, mas sim disputá-la. Educar deve ser instrumento de emancipação dos sujeitos, não de formação para um comportamento acrítico, despolitizado e satisfeito com a lógica do mercado para a vida. A educação deve formar sujeitos capazes de questionar a realidade, prever e executar ações que transformem o mundo em espaço efetivamente justo.

Trata-se de uma intensa luta social, como demonstrou a recente greve de professores no Rio de Janeiro (com repercussão internacional). Novamente se constatou que o país investe pouco nas diversas áreas que envolvem a educação. Mas enquanto o Brasil se nega a investir 10% do PIB na educação pública, cerca de metade das riquezas nacionais são destinadas a pagamento de "dívidas" internas e externas que atendem a interesses de menos de 0,5% dos habitantes do país.

Por outro lado, vem crescendo a demanda para que assistentes sociais atuem em insti-

tuições educacionais. Fenômenos como violência, evasão escolar, assistência estudantil, identificação de crianças e famílias em situação de extrema pobreza e muitos outros costumam nos ser apresentados como desafios que merecem nossa atenção. Dificilmente a instituição empregadora o faz em sentido libertário: sua intenção é que contribuamos para apaziguar contradições existentes na escola, que não se originam nela, mas na desigual e absurda organização da sociedade em moldes capitalistas.

Disputar o sentido de nossa atuação persiste sendo um desafio nas diversas políticas. Isso passa por lutar por maior inserção profissional na educação. O Conjunto CFESS/CRESS, há anos, apóia, pressiona e acompanha a tramitação do Projeto de Lei 3688/2000, que prevê a presença de profissionais de Serviço Social e de Psicologia em cada escola de nível fundamental. Nossa defesa é pela lotação profissional na política de educação, apesar do PL defender que a presença na escola se dê a partir de profissionais com lotação em políticas como a assistência social e saúde.

Mesmo depois do projeto ser aprovado em diferentes comissões, a base governamental, por ação do ministro Aloizio Mercadante, retirou o projeto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, em outubro último, alegando que a maioria dos municípios não consegue sequer pagar professores. Como vimos anteriormente, dinheiro há. O que é necessário é uma inversão

de prioridades, como defenderam os milhares de manifestantes pelas ruas do Brasil em junho de 2013.

No Rio de Janeiro a presença de assistentes sociais na educação é realidade de anos em cidades como Campos, Quissamã e Macaé, ainda que em número insuficiente para as demandas existentes. Tal insuficiência se repete na capital do estado, onde esta presença se dá pelo Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (PROINAPE).

Há projeto de lei na câmara municipal para transformar em lei a presença de equipes compostas por assistentes sociais, psicólogos e professores nas unidades escolares. O PL foi aprovado na Câmara de Vereadores em abril de 2013 após intensa luta de profissionais do PROINAPE articulada ao CRESS-RJ e ao SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação), mas vetado pelo prefeito Eduardo Paes (PMDB).

Em Macaé, o CRESS-RJ, junto do Núcleo Construção e Movimento, conseguiu organizar audiência pública na Câmara de Vereadores para defender a criação de uma lei municipal que regulamente o cargo de assistente social na política de educação. A transformação da educação tradicional hegemônica no Brasil passa por diversas dimensões. É preciso ter atenção a todas elas e ampliar a participação profissional em muitos desses espaços.

Diretoria do CRESS-RJ

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 74 - Novembro/Dezembro 2013

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br**Presidente:** Charles Toniolo de Sousa**Vice-Presidente:** Moara Paiva Zanetti**1ª Secretária:** Elizabeth Souza de Oliveira**2ª Secretária:** Sílvia Dabdad Calache Distler**1ª Tesoureira:** Edenilza Silva Cesário**2ª Tesoureira:** Eduardo Nascimento de Carvalho**Conselho Fiscal:** Telma Pilé Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa**Suplentes:** Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Joilson Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira**Comissão de Comunicação e Cultura:** Ana Lucia Vaz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Fernando da Silva Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque, André Cansado e Allan Botelho**Seccional Campos dos Goytacazes**

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliene Cardoso D'Almeida**Secretária:** Rosângela Maria A. Benevides Guimarães**Tesoureira:** Júnia de Souza Elias**Suplente:** Irai Martins Bohrer**Seccional Volta Redonda**

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003

Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira**Secretária:** Natália Reis de Oliveira**Tesoureira:** Larissa Fagundes Costa**Suplentes:** Mitchelly de Barros Silva Santos**Jornalistas Responsáveis:** Ana Lucia Vaz (MTB/RJ 18058) e Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)**Projeto gráfico, diagramação e ilustrações:** Carlos D - Estagiário de jornalismo: André Cansado**Impressão:** Gráfica Colorset - **Tiragem:** 14.000 exemplares - **Data de impressão:** 10/01/2014

Jornada de 30 horas

Vitória na Câmara Municipal do Rio

Depois de muita luta, finalmente a Prefeitura do Rio de Janeiro reconheceu o direito de assistentes sociais à jornada de 30 horas semanais. O projeto de lei municipal instituindo 30 horas para a categoria foi aprovada na Câmara de Vereadores no dia 10 de outubro. A Lei 5.631, sancionada pelo prefeito Eduardo Paes em 29 de outubro, foi publicada no Diário Oficial do dia 30 de outubro.

A lei veda a redução do vencimento e a distribuição da carga horária será regulamentada pela Prefeitura. Foram três anos de luta para que assistentes sociais da Prefeitura do Rio de Janeiro pudessem ter seu direito à jornada de 30 horas reconhecida.

No dia 4 de setembro, assistentes sociais fizeram paralisação e ato em frente à Prefeitura para cobrar a implantação da jornada de 30 horas, melhores condições de trabalho e de atendimento à população, além da equiparação salarial ao vencimento da saúde. O CRESS-RJ se fez presente dando apoio ao movimento.

A Lei Federal 12.317, que complementou a Lei de regulamentação da profissão instituindo a jornada de 30 horas para assistentes sociais, foi sancionada em 2010. A partir de então, assistentes sociais reivindicam o cumprimento da lei, não só na Prefeitura do Rio de Janeiro, mas em diversas instituições públicas que não a cumprem.

O CRESS-RJ esteve presente em várias reuniões na Câmara de Vereadores, bem como no plenário nos dias de votação da Lei municipal. No dia 10/10, também participou de audiência com o Prefeito Eduardo Paes, onde tentou apresentar a pauta sobre as condições de trabalho das assistentes sociais que atuam no município do Rio.



A luta foi longa e terminou em vitória. O projeto ficou meses na mesa do prefeito e somente após pressão da categoria foi finalmente encaminhado à Câmara que, com as suas galerias lotadas por assistentes sociais da PCRJ, aprovou a lei por unanimidade.

Registro e anuidade

Cédulas de identidade gratuitas em caso de roubo

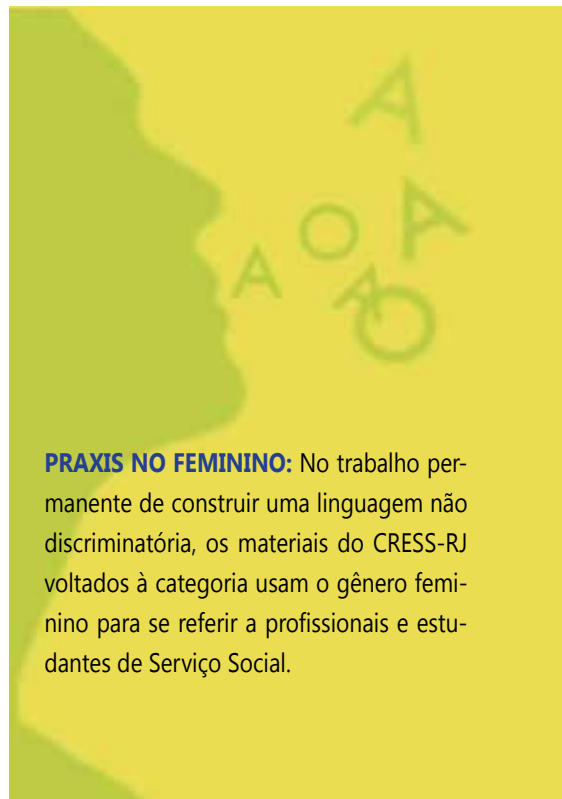
Assistentes sociais que tiverem sua cédula de identidade furtada ou roubada poderão pedir segunda via gratuita no CRESS. Para tanto, é preciso apresentar boletim de ocorrência.

A medida foi oficializada na resolução 661 do CFESS, de 9 de dezembro e atende a deliberação do eixo Administrativo-Financeiro do 42º Encontro Nacional do Conjunto, realizado em setembro, em Recife. A proposta foi apresentada a partir de assembleia realizada no CRESS-RJ e aprovada por unanimidade.

A resolução foi publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 10 de dezembro de 2013, Seção 1, página 148.

ANUIDADE DE 2014

COTA ÚNICA	
ATÉ 10/05	R\$ 395,00
COTA ÚNICA COM DESCONTO (PAGº ANTECIPADO)	
ATÉ 10/02	R\$ 335,75
ATÉ 10/03	R\$ 355,50
ATÉ 10/04	R\$ 375,25
PARCELADO (6 PARCELAS)	
10/02	R\$ 65,83
10/03	R\$ 65,83
10/04	R\$ 65,83
10/05	R\$ 65,83
10/06	R\$ 65,83
10/07	R\$ 65,83



PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Exercício profissional em favelas

Mobilização para transformar a realidade

"A gente está aqui por opção!" A frase foi repetida por várias profissionais da equipe social da Redes de Desenvolvimento da Maré, durante a entrevista concedida ao Praxis. Para as profissionais, trabalhar na Maré é uma oportunidade profissional para desenvolver suas potencialidades na busca da garantia dos direitos e redução das violações dos direitos dos moradores deste território.

"Os diretores da Redes atuaram em movimentos sociais, associações de moradores, então ela surgiu, historicamente, com esta visão de mudança da realidade da Maré", explica Leonardo Fragoso, assistente social que atua nas Escolas Municipais Armando Salles de Oliveira e IV Centenário através do Programa Criança Petrobras na Maré (PCPM). "As violações de direitos, as más condições dos serviços públicos, a sensação de insegurança pública, os estigmas que o morador de favela tem que enfrentar no dia a dia acabam nos motivando a trabalhar com a população, contribuindo para

a sua luta por melhores condições de vida", avalia Leonardo, que já morou na Maré e chegou à universidade através do pré-vestibular comunitário.

A assistente social Núbia Alves reforça: "Todas as nossas ações são norteadas pela mobilização, palavra-chave da Redes". Núbia atua no Programa Jovem Aprendiz, no CIEP Hélio Smidt, através do PCPM, e é uma das coordenadoras da equipe social. "Só a partir da mobilização, dos movimentos sociais, da pressão, da participação dos moradores é que a gente pode trazer mudanças estruturais para a Maré. Porque a gente não quer só mexer umas coisinhas, a gente quer mexer na base. E também quer que essas mudanças não sejam só para a Maré, mas para a cidade toda", diz Núbia.

Trabalho em equipe

Cada projeto pode se desdobrar em novas demandas e frentes de atuação. No PCPM, por exemplo, implantado em sete escolas da região, a equipe social faz o atendimento direto

e o trabalho de articulação e de formação de grupos de pais e de alunos. As mães apresentaram a demanda por oficina de gastronomia. Foi criado, então, o Maré de Sabores, projeto do qual participa a assistente social Kelly Marques. O projeto inclui as oficinas de Gastronomia e de Gênero e Cidadania. A partir do projeto, Kelly acabou integrando o Fórum de enfrentamento à violência doméstica e o curso com o mesmo tema para unidades da Estratégia de Saúde da Família.

Sete assistentes sociais, quatro estagiárias, uma psicóloga e mais uma profissional que coordena o Projeto Maré que Queremos, formam a equipe social.

O principal foco de atuação é o Programa Criança Petrobras Maré (PCPM), financiado pela Petrobras e desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Mas a equipe também se dedica a outros projetos, como o Rede de Saberes (Curso Preparatório e Curso Pré-Vestibular), Escola Livre de Dança da Maré, Projeto Jovem Aprendiz etc. A equi-

I Seminário de Pais, Responsáveis e Alunos das Escolas Públicas da Maré, realizado no Centro de Artes da Maré, na Nova Holanda



pe ainda é referência de atendimento direto à comunidade para todos os projetos da Redes, além de participar de atividades de pesquisa, coordenação, planejamento e representação externa da instituição.

O desafio de mobilizar pais e alunos

No dia 30 de novembro, foi realizado o I Seminário de Pais, Responsáveis e Alunos das Escolas Públicas da Maré, promovido pela equipe social da Redes, no Centro de Artes da Maré, na Nova Holanda. Como desdobramento, outras atividades serão realizadas e um novo seminário fechará o processo. "O objetivo é propor um plano de educação a ser traçado para a Maré, a partir das demandas que os pais percebem", explica Núbia.

O Seminário teve a participação de pais representantes e diversas crianças de algumas das escolas públicas da Maré atendidas pelo PCPM, além de jovens representantes do grêmio estudantil da Escola Municipal Bahia.

Houve atividades arte-educativas com as crianças e debate com os adultos. Os pais e alunos presentes também levantaram questões como a precariedade da estrutura das escolas, as interrupções de funcionamento e as manifestações de conflitos e violência no espaço escolar.

O trabalho não é simples, mas a inserção da Redes nas escolas facilita o vínculo entre a instituição e os pais. "É uma construção. O PCP atua na Maré há 14 anos, num diálogo muito franco com as escolas", explica a assistente social Alessandra Alves, que acompanha os CIEPs Elis Regina e Ministro Gustavo Capanema, além dos projetos Kizomba, Movimento Down e Alfabetização de adultos. Para Alessandra, a prática tradicional é chamar os pais apenas "para a repressão, porque o filho fez bagunça". A atuação da equipe social está focada em mudar esta lógica, estimulando uma prática democrática.

Núbia ressalta que a postura da escola é fundamental, mas não é tudo. "O que a gente observa é que, mesmo nas escolas mais abertas ao diálogo, alguns pais participam e outros não", explica Núbia. Portanto, também é preciso ganhar os pais para a importância da participação. "Alguns tiveram uma experiência ruim naquela escola, outros não estudaram, então acham que seu saber é menor, outros têm dificuldades por questões de trabalho", avalia.

"Existe ainda a experiência de, durante muitos anos, não ver retorno", explica Paula Miranda, psicóloga e coordenadora da equipe, junto com Núbia. "Para que eu vou falar se a gente fala há décadas e a coisa não muda, ninguém faz nada?" Uma experiência, segundo Luiza Santos, presente não só na educação, mas em todas as áreas da sociedade. Luiza é estudante de Serviço Social, mas não atua como estagiária nem como assistente social.



Mobilização do Serviço Social: Leonardo Fragoso, Kelly Marques, Núbia Alves e Luíza Santos



Trabalho conjunto: Alessandra Alves (assistente social) e Paula Miranda (psicóloga)

Ela trabalha na coordenação dos projetos Maré que Queremos e Novos Saberes (curso preparatório para mestrado e doutorado). Um de seus focos de atuação é a articulação dos movimentos dentro da Maré.

Para tentar mobilizar os pais, a equipe social criou o grupo de pais. Porém, além de todas as dificuldades comuns à atuação de assistentes sociais nas escolas, a equipe da Redes ainda enfrenta o problema da violência armada. "Dependendo do território, os pais sentem-se menos à vontade", explica Leonardo. Em alguns casos, esta tensão acaba desdobrando-se em tensão entre pais e professores, por exemplo, na decisão sobre fechar ou não uma escola que está sob ameaça armada.

O Estado armado dentro da favela

"Em projetos como o pré-vestibular comunitário, este confronto armado atrapalha muito. Quando há confronto, temos que suspender aula, e não tem como manter o cronograma", explica Kelly. Nas escolas, acontece o mesmo. "Então, é necessário um diálogo entre as políticas de educação e de segurança", avalia.

"Essa é uma lacuna", afirma Luiza. "Não tem comunicação entre as políticas."

"Por isso, no trabalho com os pais, a gente precisa colocar outras questões que dizem respeito à comunidade", diz Leonardo. Em 2010, por exemplo, a equipe social se mobilizou para debater com a comunidade e com os profissionais da saúde a ameaça de retirar os postos de saúde de dentro da Maré.

"A retirada dos equipamentos públicos

do território não é a solução para o problema da violência", explica Leonardo, que critica o fato dos CRAS já funcionarem apenas fora da favela.

Por outro lado, a ação policial não respeita esses equipamentos. Segundo as profissionais, as escolas são invadidas, inclusive pela polícia. Paredes perfuradas, caveirão estacionado no pátio da escola, crianças e professores deitados no chão são parte do cotidiano desta violência armada, muitas vezes praticada pelo próprio Estado contra os cidadãos, na favela.

"Por que a polícia entra no pátio da escola com caveirão?", pergunta Paula. "Isso acontece numa escola pública da Zona Sul?". Ela destaca que "vários confrontos acontecem no horário de entrada e saída da escola."

No debate com mulheres sobre violência, "elas começam a refletir sobre as várias violências que sofrem", diz Kelly. "O que elas mais citam é a violência na rua, o medo que elas têm da polícia na comunidade, de andar na cidade à noite." Quando se trata de violência doméstica, é difícil denunciar por medo do tráfico e da polícia. "Elas relatam o medo de abuso policial ou de serem criminalizadas na delegacia".

A Maré

Complexo formado por 16 favelas, com uma população de mais de 130 mil habitantes. De acordo com a Redes, "a Maré foi sendo dotada, ao longo dos anos, de equipamentos públicos e serviços". Desde recursos de urbanização como energia elétrica, água potável, telefone, esgoto e calçamento, até a instalação de equipamentos como escolas e postos de saúde. Isto justificaria sua classificação como bairro, a partir de 1994.

A conquista desses direitos básicos pelos moradores, porém, ainda precisa avançar muito na oferta de serviços públicos de qualidade dentro do território e respeito a direitos fundamentais, para garantir aos moradores da Maré significativas melhorias de qualidade de vida.

A Redes de Desenvolvimento da Maré existe há cinco anos. Atuando em cinco eixos diferentes – Arte e Cultura, Comunicação Social, Educação, Desenvolvimento Social e Segurança Pública – a Redes tem, hoje, mais de 30 projetos de atuação na Maré.

Núcleo Josy Ramos

Pesquisa mapeia Serviço Social da Região dos Lagos

Pesquisa preliminar, realizada com 54 assistentes sociais da Região dos Lagos, mostra que, embora 93% do total esteja empregada no setor público, apenas 16% é efetiva. Das assistentes sociais empregadas, cerca de 80% recebe salário inferior ao piso estadual. Quase 10% estão desempregadas

Trata-se de resultado inicial, que ainda pode mudar bastante à medida que a pesquisa se amplie. A maioria dos questionários foi aplicada em reuniões do núcleo Josy Ramos, ou enviada por correio eletrônico para profissionais que vêm participando desse espaço. No curso Ética e Exercício Profissional também houve retorno bastante significativo. Não se trata, portanto, de amostragem representativa do universo total, que ainda não é conhecido.

Ainda assim, a pesquisa indica a possibilidade de quantificar o que, até então, era apenas uma impressão. “Nas reuniões feitas em rodízio, começamos a ouvir reclamações que se repetiam em diferentes municípios”, explica Eliberto Belém, assistente social da Previdência Social de Araruama.

Segundo Juliana Souza, assistente social da Prefeitura Municipal de Iguaba Grande e de Arraial do Cabo, entre as reclamações comuns vindas de profissionais de diferentes cidades, destacaram-se os vínculos de trabalho precários e a remuneração abaixo do piso, além de muito diferenciada.

“Resolvemos fazer a pesquisa para ter algo mais concreto, achamos interessante quantificar isso”, explicou Juliana. Pelas respostas já recolhidas, mais de 90% das profissionais empregadas estão na área de assistência social (56%) e saúde (37%).

A pesquisa ainda está em fase inicial, mas já se mostra uma grande iniciativa para fortalecer o exercício profissional de assistentes sociais na região. “A fragilidade do vínculo de emprego compromete a autonomia profissional”, argumenta Juliana.

Articulação da rede

A pesquisa começou a ser realizada com a finalidade de mapear as condições de trabalho. “Depois, vimos que poderíamos aproveitar o questionário para mapear a rede de serviços”, explica Juliana. “Então fomos in-



cluindo no questionário a característica das instituições, como funcionam, como é a forma de acesso, a que público atende. Discutimos que isso pode servir de instrumento de trabalho, também.”

Em andamento

Os resultados iniciais foram organizados em outubro, com os questionários recolhidos durante cinco meses.

Desde então, os questionários foram aperfeiçoados e continuam sendo aplicados. Não existem dados sobre o número total de profissionais, mas a avaliação dos participantes do núcleo é que o questionário ainda não atingiu

nem metade das assistentes sociais da região. “Ainda estamos tentando pensar a delimitação do levantamento”, explica Eliberto.

Os municípios que deram mais retorno à pesquisa foram Saquarema (34%) e Cabo Frio (29%). Apenas 11% dos questionários vieram de profissionais de Araruama, outro município grande da região. Por isso, segundo Eliberto, o objetivo agora é “articular colegas nas instituições”, para atingir universo mais amplo de profissionais. O perfil do questionário também está sendo aprimorado.

A pesquisa de perfil profissional em andamento na Região dos Lagos merece ser reproduzida em outras regiões. Um dos resultados esperados da criação dos núcleos é exatamente o aprofundamento da atuação do Conselho e a articulação entre assistentes sociais de todo o estado. Para isso, o conhecimento do perfil de atuação profissional é fundamental. Para Eliberto, a política de nucleação tem colocado o CRESS mais próximo da categoria. “Agora temos mais condições de levar as questões ao Conselho.”

Demanda sindical

O objetivo da pesquisa é “consolidar os dados para pensar ações em cima das questões que a gente consiga identificar e quantificar”, explica Eliberto. Diante de problemas como a predominância de vínculos precários de trabalho e desrespeito à lei estadual 6.402/2013, que estabelece piso salarial para diversas categorias profissionais, incluindo a de assistentes sociais, “o núcleo acabou criando uma parceria com o Sindsprev (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social), porque essas questões são de caráter sindical”, diz Juliana.

Das profissionais que responderam ao questionário, 70% declararam não possuir qualquer vínculo sindical. A falta de mobilização sindical e as más condições de trabalho costumam andar juntas. É por isso que o CRESS-RJ vem incentivando a participação de assistentes sociais nos espaços sindicais, sobretudo nos sindicatos gerais, que reúnem todos os trabalhadores independentemente de sua profissão. A luta pela prestação de serviços de qualidade à população também passa pela organização sindical da categoria.

VII Prêmio Visibilidade do Serviço Social e das Políticas Sociais

Serviço Social cada vez mais visível

O Prêmio Visibilidade faz parte das ações da política de comunicação do GRESS-RJ. Seu objetivo central é contribuir para que jornalistas e profissionais de comunicação tenham uma visão da profissão e das políticas sociais mais próxima do que defende nosso projeto ético-político. Outra intenção é que assistentes sociais percebam a necessidade de dar visibilidade a suas ações profissionais.

Cerimônia reúne e premia assistentes sociais e jornalistas

“O que nos motivou a participar do Prêmio foi esta possibilidade de fortalecer a profissão numa instituição como o Ministério Público”, afirmou a assistente social Anália dos Santos. Ela faz parte da equipe do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que conquistou a primeira colocação na categoria experiência profissional. O trabalho foca-se na garantia do direito à convivência familiar e comunitária. A equipe premiada inclui a assistente social Márcia Nogueira e o psicólogo Saulo Oliveira,

A cerimônia de premiação aconteceu no auditório do GRESS-RJ, dia 29 de novembro.

O segundo lugar na categoria exercício profissional de assistentes sociais e/ou equipes de Serviço Social ficou com a equipe da Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, pela criação do site www.visitanteseap.rj.gov.br. A assistente social Janne Solano é a responsável pela gestão deste trabalho que também envolveu profissionais de comunicação: Aline Branco, Hernand Azevedo, José da Silva Gonçalves e Rafael Mattioli.

Uma publicação, desenvolvida pela equipe de Serviço Social do Hospital Universitário Clementino Fraga, da UFRJ, reunindo material das oito edições das jornadas de intercâmbio realizadas na instituição, ficou com o terceiro lugar. Aline de O. Souza, Andrea Machado, Camilla Amorim, Claudia da Matta, Sueli Oli-



Da esquerda para direita: Mariana Amaral, diretora da agência Pública (1º e 2º reportagem escrita); Dona Zica, Geoffrey Beowne e Geovane Sant’Anna (1º vídeo); equipe do Ministério Público (1ª experiência profissional)

veira e Vania de Oliveira compõem a equipe premiada.

Reportagens escritas premiadas

1º lugar - **Na hora de fazer não gritou**, de Andréa Moretoni: relato, em primeira pessoa, sobre o desrespeito sofrido por milhares de mulheres durante a gravidez e parto, no sistema de saúde. Publicada na Agência Pública.

2º lugar - **O futuro da Amazônia**, de Ana Aranha, Fabiano Angélico, André Deak, Miguel Peixoto e Luiza Peixoto: a matéria, também da Agência Pública, investiga e revela o descaso com a educação na região norte do país, com dados de fontes oficiais como o Censo do IBGE.

3º lugar - **Qual é a sua cor?**, de Rosilene Miliotti: publicada no jornal Maré de Notícias, a reportagem traz informações sobre dados estatísticos e legislações relativas à questão étnico-racial no Brasil e ouve posições divergentes sobre a política de cotas.

4º lugar - **Crack é um problema mundial e carioca a ser enfrentado**, de Rita Lima, publicada no jornal Vozes das Comunidades.

5º lugar - **Direitos humanos para humanos direitos? Conversando sobre o auxílio-reclusão**, de Emilly Tenorio, publicada no site www.agenciapapagoiaba.wordpress.com.

Vídeo

1º lugar - **Dona Zica: eu acredito na luta**, por Eli Geovane Sant’Anna, Ana Cristina da Silva, Anazir Maria de Oliveira, Elizabeth Gomes, Hannah Bardo, Higor Ursulino, Luiza Helena Ermel, Maria Luiza de Oliveira, Paulina Allende, Sandra Maria de Souza, Sueli Bulhões e Geo-

ffrey Beowne. O documentário, produzido por alunos e professores de Serviço Social da PUC-RJ, conta a história de vida da Anazair Maria de Oliveira, mais conhecida como Dona Zica, de 80 anos, militante pelos direitos de trabalhadores domésticos e estudante de Serviço Social..

“Eles me enganaram. Quando foram me filmar, disseram que estavam fazendo um trabalho com estudantes da terceira idade. Só soube mesmo no dia da primeira exibição”, contou Zica, que esteve presente à premiação.

2º lugar: **Horto: famílias de trabalhadores que ajudaram a construir o Jardim Botânico resistem a remoções**, por alunos do Curso de Comunicação Popular de 2013, do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC): o vídeo reúne depoimentos de moradores da área ameaçada de remoção pela Prefeitura do Rio.

Hors concours 2013: A matéria premiada foi **São Paulo ocupada**, publicada na revista Marie Claire de abril, assinada pela editora Mariana Sanches, com fotos de Manoel Marques. Os repórteres passaram quatro dias e duas noites em três ocupações urbanas para contar o cotidiano e a luta da população ocupante.

Visibilidade distorcida: Com o objetivo de chamar atenção sobre representações distorcidas de assistentes sociais nas mídias comerciais, o GRESS-RJ criou este ano o “Prêmio Visibilidade Distorcida do Serviço Social”. A “premiada” foi Umbelina, personagem assistente social do programa Zorra Total, da Rede Globo, com 72% dos votos. Atriz e diretor foram convidados, mas não compareceram à cerimônia.



Os prêmios

Em todas as categorias, o quinto e o quarto colocado recebem certificado e troféu. O terceiro lugar recebe certificado, troféu e 400 reais. Para o segundo, o prêmio financeiro é de 600 reais e para o primeiro, de 2 mil reais.



Da esq. para dir.: Rosilene Millotti (3ª reportagem escrita); equipe SEAP (2ª experiência profissional); equipe HUCFF (3ª experiência profissional); Emilly Tenório/Papagoiaba (5ª reportagem escrita)

Formação continuada

Livro reúne artigos sobre os princípios do Código de Ética e o exercício profissional

“É uma iniciativa necessária. Acho que os CRESS têm que ingressar tam-

bém nesse âmbito da produção. Principalmente na divulgação do nosso Código de Ética, fundamental para qualificar nosso exercício profissional”, avalia Joaquina Barata Teixeira. Assistente social e professora aposentada da Universidade Federal do Pará, Joaquina é autora do artigo que analisa o quarto princípio do Código de Ética (“A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”) na publicação recém-lançada pelo CRESS-RJ.

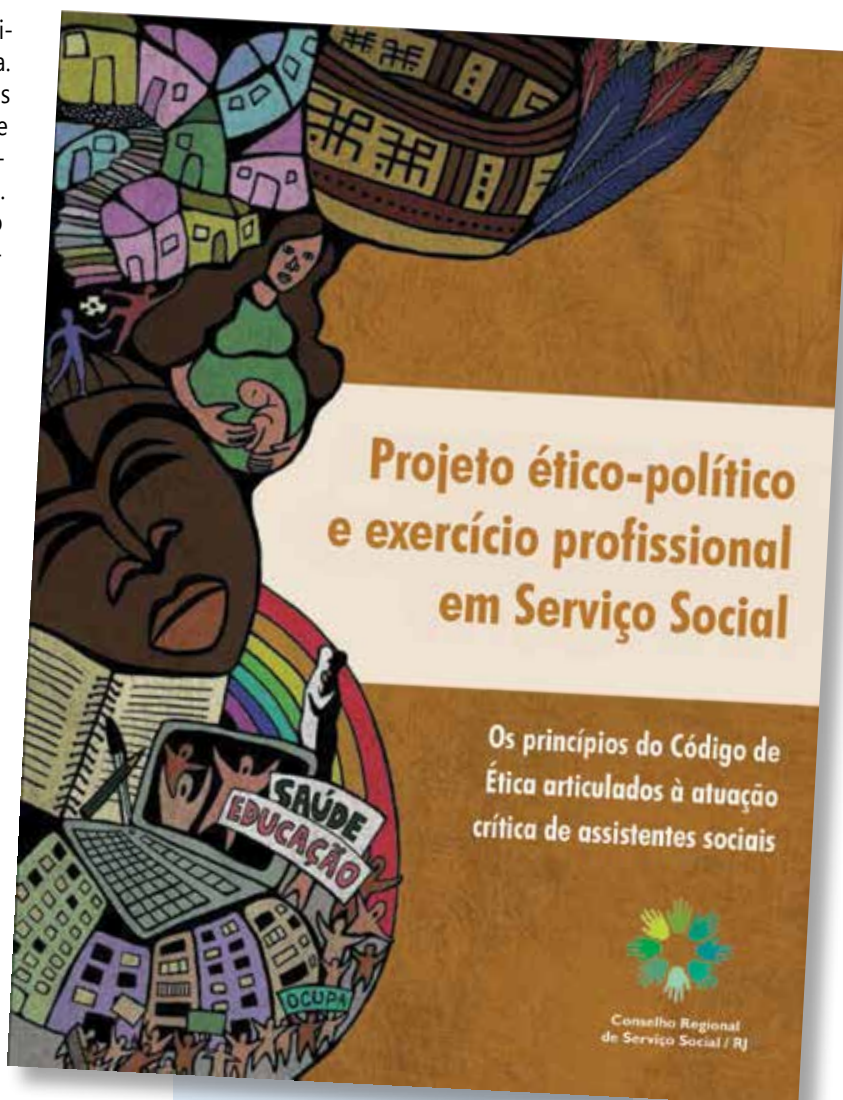
A professora da UFPA fez questão de agradecer o convite recebido. “O CRESS-RJ tem no seu estado grandes intelectuais militantes do Serviço Social, mas foi democrático ao convidar uma companheira do Norte, região às vezes esquecida neste país.”

Joaquina avalia que o livro *Projeto ético-político e exercício profissional em*

Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais “vai promover uma releitura atualizada do Código de Ética, que orienta uma postura crítica e propositiva de assistentes sociais”. Algo especialmente necessário “nestes tempos de alienação, de individualismo e de barbárie”, completa.

Não há transformação sem formação

Em 2012, o Conjunto CFESS/CRESS lançou sua política de educação permanente para



O livro está sendo vendido a preço de custo (20 reais) e pode ser comprado na sede do CRESS-RJ, de 9h às 15h, ou através do e-mail: secretaria1@cressrj.org.br No caso de solicitações por e-mail o remetente deve aguardar a resposta do CRESS-RJ, além de arcar com os custos de envio pelo correio, que lhe serão informados no retorno da encomenda.

contribuir com a consolidação do projeto ético-político. Para a conselheira Francine Helfreich, coordenadora da Comissão de Formação Profissional do CRESS-RJ, a coletânea de artigos lançada pelo nosso Conselho está ancorada nessa perspectiva. “O Conjunto pensa na educação como instrumento de formação política e ideológica, dimensões fundamentais do exercício profissional”, explica Francine.

Por isso, segundo a conselheira, o Conjunto “se contrapõe ao currículo aligeirado do MEC”. Neste sentido, “esse livro contribui no processo de qualificação dos profissionais e na formação dos futuros profissionais”.

Joaquina reforça a argumentação: “Os teóricos da dominação, que estão em Harvard, em Cambridge e em Oxford, estudam quase 20 horas por dia para aperfeiçoar a dominação econômica e política, para

encontrar saídas para a crise sistêmica, mesmo que às custas da barbárie. E nós, que lutamos pela igualdade, pela justiça e pela liberdade, quanto tempo dedicamos aos nossos estudos? Não podemos parar, porque isso é um embate e temos que vencer.”

Para Francine, o livro cumpre três funções centrais, que se relacionam.

Em primeiro lugar, “é mais um instrumento de formação para a categoria, não simplesmente um instrumento legal, mas um instru-

mento de disputa ideológica”. Um segundo aspecto é o fato de atender a uma demanda da categoria, ao aprofundar os conceitos envolvidos nos princípios éticos, contribuindo para a melhor apreensão dos conteúdos do Código.

Por fim, destaca Francine, “o nosso Código de Ética é muito progressista e serviu de inspiração para outros países”. Países da América Latina que não têm código de ética de assistentes sociais usaram o Código brasileiro como referência para construir seus princípios éticos. “Quando soube disso eu entendi a importância do nosso debate ético”, diz Francine, ao constatar o protagonismo do Serviço Social brasileiro dentro da América Latina.

Esta referência tem chegado, inclusive, a países de outros continentes, como África e Europa.

Ponto de partida

A ideia de criar uma publicação acessível debatendo cada um dos onze princípios do Código de Ética surgiu em reuniões de algumas comissões temáticas do GRESS-RJ, durante a gestão 2005/2008. Tratava-se de buscar estratégias “para defender o projeto ético-político, que às vezes parece carecer de certa materialidade”, explica Andreia Pequeno, presidente do GRESS-RJ naquela época. “Então a gente vai pensando caminhos para defender e sustentar este projeto”.

Muitos conceitos como liberdade, direitos, cidadania, direitos humanos permitem várias interpretações diferentes. Segundo Andreia, a ideia era ajudar a aprofundar o sentido destes conceitos na perspectiva que defendemos, “para dar materialidade a eles e ao Código”.

“Por exemplo, o que é liberdade? É a possibilidade de escolha dentro de condições concretas. Como eu aplico esse conceito ao meu cotidiano de trabalho? Dando às pessoas que atendo a possibilidade de escolha. Não sou eu, como assistente social, do alto de meu conhecimento, que devo decidir pelo sujeito”, explica Andreia.

Para ela, “não são conceitos abstratos, são conceitos que podem se expressar ou não, no nosso dia a dia profissional”.

Os princípios na prática

O papel desta coletânea de artigos sobre os princípios éticos da profissão é, nas palavras de Joaquina, “decompor e desenvolver os princípios contidos no Código de Ética”, uma iniciativa necessária, principalmente, segundo ela, “quando relaciona os princípios do Código ao projeto ético-político profissional”. Para Joaquina, o projeto ético-político do Serviço Social não pode ser uma abstração genérica para as assistentes sociais, “como se nada tivesse a ver com suas práticas profissionais”.

Não espere, porém, encontrar, neste livro, orientações técnicas. “Esse livro não ensina a

fazer um parecer ou entrevista, mas ajuda a entender os princípios éticos da profissão e, com isso, o projeto ético-político”, alerta Francine. Ele não trata da dimensão técnico-operativa, mas da dimensão ético-política da profissão, explica. “Quando eu entendo o projeto, consigo qualificar o meu exercício profissional”, avalia a professora de Serviço Social da UFF que já destacou três artigos para começar a trabalhar com seus alunos. “O livro está muito bom!”

Francine explica porque os princípios éticos – tão fundamentais ao exercício profissional –, às vezes, podem parecer abstratos. “A gente tem um projeto de profissão, definido

no Código e na lei de regulamentação, que aponta para um projeto de sociedade, uma utopia a ser conquistada.” Por isso, para Francine, embora os conceitos possam ser objetivamente definidos, eles não são, ainda, a realidade materializada. Uma sociedade diferente, como nosso projeto propõe, ainda não existe.

“Por exemplo, um dos princípios fala em justiça e equidade. É possível trabalhar com justiça e equidade? Não”, explica Francine. “Porque hoje não existe justiça social, ela é um princípio. Cabe a assistentes sociais buscar se aproximar dele em seu exercício profissional.”

O livro

O livro possui onze artigos, um sobre cada um dos onze princípios do Código de Ética, assinado por um autor diferente.

Prefácio	Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas Elaine Rossetti Behring
Princípio 1	Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas) José Paulo Netto
Princípio 2	A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo Jefferson Lee de Souza Ruiz
Princípio 3	Garantia de direitos, ampliação e consolidação da cidadania no Brasil: desafios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais Silene de Moraes Freire
Princípio 4	A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida Joaquina Barata Teixeira
Princípio 5	A equidade e justiça social podem ser alcançadas no capitalismo? Ivanete Boschetti
Princípio 6	Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social Guilherme Almeida
Princípio 7	Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate Valeria Forti
Princípio 8	Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero Ney Luiz Teixeira de Almeida
Princípio 9	Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores Conselho Federal de Serviço Social
Princípio 10	Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades Yolanda Guerra
Princípio 11	Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física Magali da Silva Almeida

Pergunte à COFI

Situação de tortura

Tomei conhecimento de que um usuário ou trabalhador foi vítima de tortura, na instituição onde trabalho. O que faço?

O código de ética profissional é afirmativo, na alínea b do Art. 13: "São deveres do/a assistente social (...) b- denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã". Portanto, omitir-se diante de situações de tortura pode ser caracterizado como infração ética grave.

Como evitar represálias por parte da instituição?

Uma alternativa é acionar diferentes mecanismos, mesmo que anonimamente, quando se toma conhecimento de alguma situação de tortura. Mas afirmar o projeto ético-político quando a instituição atua em perspectiva distinta sempre significa riscos, como a maioria das escolhas que fazemos na vida. A defesa dos direitos humanos é um dos grandes desafios para quem os defende no cenário contemporâneo.

Se faço comunicação anônima, como provar ao Conselho que não fui omissa?

Enviando documento formal à Comissão de Direitos Humanos do CRESS-RJ, informando a situação e a providência tomada. Este documento será arquivado na pasta da assistente social,

com a garantia do total e absoluto sigilo, o que a resguarda de qualquer denúncia ética de omissão ou negligência diante da situação de tortura.

Então é ao CRESS que devo comunicar a situação de tortura?

Não. Ao CRESS a assistente social apenas comunica a providência tomada. Existem muitas instituições, entidades, órgãos de defesa de direitos que a profissional pode acionar como providência a ser tomada. O CRESS tem estabelecido parceria com muitas dessas entidades, inclusive realizando visitas em conjunto, bem como convocando equipes quando toma conhecimento de alguma situação de tortura. O CRESS também pode ser consultado em caso de dúvidas sobre que procedimento adotar, seja via Comissão de Orientação e Fiscalização ou via Comissão de Direitos Humanos.

Além de acionar os órgãos competentes, o que devo fazer quando me deparo com alguma situação de tortura?

Todos os atendimentos e encaminhamentos que forem pertinentes ao Serviço Social junto ao usuário, a sua família e a outros sujeitos devem ser realizados na perspectiva de contribuir para o restabelecimento dos direitos violados.



Em 2013, o CRESS publicou Cartilha que orienta profissionais sobre como agir diante de situações de violação de direitos. Nela, consta uma série dessas organizações: instâncias legislativas, de controle social, de defesa de direitos, do sistema de justiça e até mesmo instâncias internacionais. O conteúdo dessa cartilha pode ser acessado no site do CRESS (www.cressr.org.br), no link da Comissão de Direitos Humanos.

Certificado de responsabilidade técnica

Sou assistente social, fui convidada a chefiar o setor de Serviço Social da instituição e me pediram um Certificado de responsabilidade técnica a ser emitido pelo CRESS. Como faço?

Diferente de conselhos profissionais de outras categorias, os conselhos regionais de Serviço Social não emitem Certificados de responsabilidade técnica. Isso porque o curso de Serviço Social tem formação generalista, sem especializações em nível de graduação.

Eu posso assumir a função de responsável técnico de Serviço Social na unidade de saúde onde trabalho?

O cargo de responsável técnico de Serviço Social é atribuição privativa de assistentes sociais, conforme previsto na alínea XII do

Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93). Ou seja, deve ser ocupada por assistente social devidamente registrada no Conselho, independente de qualquer outro documento. Isso vale para qualquer instituição, não só de saúde.

O CRESS tem alguma normativa ou documento dizendo que não emite este certificado?

Não. Mas a própria Lei Federal 8662/93 pode ser utilizada como instrumento para afirmar que basta ter o registro profissional no CRESS para estar apta a assumir o cargo de responsabilidade técnica de Serviço Social. Se ainda assim a instituição exigir uma formalização, a assistente social pode solicitá-la à COFI.

COFI 2013

Visitas programadas estiveram no centro das ações

Ao longo de 2013 a cada dois dias foi realizada uma visita a locais de trabalho e aproximadamente 1.500 atendimentos individuais no ano todo. Parte significativa das visitas foi realizada nos equipamentos públicos da política de assistência social de forma programada. Mas as atividades da COFI não se resumem a isto. Para compreender melhor as ações do COFI em 2013, o Praxis entrevistou a conselheira Hilda Corrêa e a agente fiscal Marenilse Saturnino.

Quais as principais atividades da COFI, em 2013?

Visitas às instituições, programadas ou a partir de novas demandas; atendimentos individuais; reuniões, cursos e outras atividades de orientação da categoria. Em janeiro, elaboramos o termo de orientação sobre abordagem à população em situação de rua, fundamental para orientar e dar subsídios às profissionais para atuar diante das políticas higienistas dos governos. Houve ainda entrevistas para o PRAXIS, lacração de material técnico e organização e participação em eventos.

A fiscalização de editais e vagas tem conseguido evitar algumas irregularidades na contratação de assistentes sociais. Neste caso, é fundamental que assistentes sociais que conheçam irregularidades em concursos que ferem a Lei 8662/93 nos informem através do telefone 3147-8765 ou pelo e-mail cofi1@cressrj.org.br.

Qual o objetivo das visitas programadas?

Elas atendem à dimensão político-pedagógica da Política Nacional de Fiscalização. O objetivo é conhecer a realidade das profissionais naquela área para estabelecer melhor articulação entre fiscalização e orientação, a partir do levantamento de dados.

De posse desses dados, fazemos um estudo para devolver para profissionais e gestores,

sugerindo encaminhamentos para os problemas encontrados e promovendo eventos de capacitação para as assistentes sociais. Neles tiramos dúvidas e debatemos alternativas que podem colaborar para o enfrentamento dos desafios cotidianos, sempre na perspectiva da melhoria dos serviços prestados.

Quais são os principais problemas encontrados nessas visitas?

Condições inadequadas de atendimento e ausência de um projeto de intervenção. A resolução 493/2006 do CFESS destaca a necessidade de uma sala que permita atendimento digno e que preserve o sigilo profissional. Quanto ao projeto de intervenção, muitas profissionais incorporam acriticamente os objetivos institucionais como seus, o que pode colocá-las na contramão do projeto ético-político da profissão.

Quais as medidas tomadas pela COFI diante desses problemas?

Quando identificamos que as condições éticas e técnicas adequadas para o atendimento não estão garantidas, a COFI busca reverter a situação falando com as chefias, expedindo ofícios, fazendo novas visitas para verificar as medidas tomadas. Orientamos a profissional, também, para que tome providências para assegurar as condições adequadas

no espaço profissional. Caso não obtenha resultado, é dever da profissional comunicar ao CRESS.

Quais as principais demandas que chegam ao plantão da COFI?

Todo mês a equipe da COFI faz um resumo dos atendimentos realizados e sistematiza os dados. Demandas trabalhistas são as mais comuns. Convocação de concursos, piso salarial, carga horária são algumas delas. Precisamos orientar as profissionais, sempre, sobre o caráter sindical dessas demandas.

Outras demandas muito comuns, estas do âmbito próprio da atuação do Conselho, dizem respeito às atribuições e competências profissionais. Muitas profissionais procuram a COFI para tirar dúvidas, outras para fazer denúncias ou para pedir orientação do CRESS na solução de problemas. Questões como a autonomia profissional e as condições éticas e técnicas de exercício são recorrentes.

Como a COFI pode apoiar profissionais nessas demandas?

Em alguns casos, fazemos uma visita de fiscalização à instituição, orientamos as profissionais sobre a legislação em que podem se apoiar para defender sua autonomia e condições de trabalho. Muitas profissionais buscam a COFI atrás de normativas para enfrentar determinadas situações. Neste campo, os termos de orientação e parâmetros da atuação profissional têm sido muito úteis.

Há demanda no campo da formação profissional?

Muita. Os que mais nos procuram são os estudantes pedindo orientações que não competem ao Conselho, mas à Universidade. Também recebemos muitos pedidos de orientação sobre supervisão de estágio. Uma das queixas mais recorrentes é o desrespeito à autonomia profissional, porque as instituições decidem, sem a participação da assistente social, colocar estagiárias sob sua supervisão. Também há pedidos de orientação sobre as obrigações das supervisoras acadêmicas. A orientação é sempre no sentido de qualificar a supervisão de estágio.

Eleições Conjunto CFESS/CRESS

Vote assim que receber a cédula pelo correio

O processo eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS para a gestão 2014/2017 será realizado exclusivamente por correio. A apuração será realizada no dia 26 de março, a partir das 9h, na sede do CRESS-RJ. Votos que chegarem depois não serão considerados.

"Assim que receber a cédula e votar, é importante encaminhar logo o voto de volta ao CRESS", alerta Eblin Farage, presidente da Comissão Regional Eleitoral.

Como o correio pode levar até 15 dias para entregar uma correspondência, é fundamental a agilidade para postar seu voto no correio. A cédula será enviada para o endereço de cada assistente social regularmente registrada no Conselho até o final de fevereiro.

A inscrição de chapas termina no dia 21 de janeiro mas, de acordo com o calendário eleitoral, o prazo para apresentação e julgamento de possíveis pedidos de impugnação de alguma chapa é 17 de fevereiro. Caso haja algum recurso, as cédulas só podem ser impressas depois deste prazo. "Se não tivermos recursos, conseguimos enviar as cédulas logo no início de fevereiro, depende do processo", explica Eblin.

Entre em contato se não receber a cédula

Caso a cédula não chegue em sua casa até a primeira semana de março, entre em contato com o CRESS-RJ.

Dois problemas podem ocorrer: extravio no correio ou sua matrícula não estar ativa, em função de dívidas com o Conselho.

Calendário dos debates com as chapas, em 2014

A Comissão Regional Eleitoral organizará debates com as chapas candidatas na capital e em algumas regiões do interior do estado, sempre com início às 18 horas.

Acompanhe o calendário e os locais dos debates no site do CRESS.

Votação também para o CFESS e Seccionais

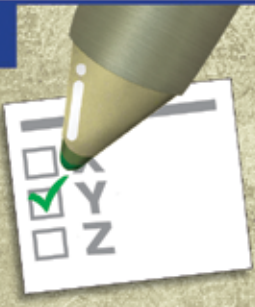
Quem tem inscrição na sede (município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana) vota apenas para a direção do CFESS e do CRESS-7ª Região. Quem está inscrito nas áreas de jurisdição das seccionais vota também para a direção da respectiva Seccional. Para que o voto seja válido, a cédula não pode ser rasurada.

Toda assistente social regularmente inscrita no Conselho e em dia com suas obrigações pecuniárias receberá, em seu endereço residencial cadastrado no CRESS-RJ, envelope com todo material necessário para votação (veja quadro ao lado).

O envio pelos correios do seu voto para o CRESS é gratuito.


Como votar

1




Para que o voto para uma das chapas seja **VALIDADO**, as cédulas não poderão conter marcação que não seja a sua opção de voto. Cédulas com mais de uma opção marcada para a mesma instância serão consideradas **NULAS**. Cédulas sem marcação serão consideradas voto em **BRANCO** para a respectiva instância.

2




Após votar, deposite a cédula no envelope comum. O envelope comum **não poderá ser rasurado ou identificado com qualquer palavra ou sinal ou colado**.

3



O envelope comum, contendo a cédula, deverá ser inserido na Sobrecarta, que já contém sua identificação. Apenas os votos que chegarem ao Conselho dentro desta Sobrecarta enviada pelo Cress serão considerados válidos.

4



Remeta o seu voto no correio mais próximo sem custo e o quanto antes. É preciso estar atento aos prazos de entrega de correspondências dos Correios. A carta simples leva em média de 7 a 15 dias para chegar ao destinatário.

Seccionais

Volta Redonda



Para início de conversa

Aproximar os estudantes de Serviço Social de seu futuro conselho profissional. Essa foi a ideia do projeto iniciado em dezembro de 2013 na seccional de Volta Redonda.

Experiências semelhantes já foram realizadas na região da sede do CRESS-RJ, mas o projeto da seccional tem uma perspectiva mais de longo prazo, de tornar-se uma ação de rotina. A primeira experiência aconteceu dia 2 de dezembro, quando duas representantes do CRESS estiveram no campus Volta Redonda da Universidade Geraldo de Biasi e proferiram palestra para cerca de 30 alunos de oitavo período.

A dinâmica da palestra foi toda baseada na cerimônia de entrega do título de assistente social, que vem ocorrendo regularmente na sede do Rio de Janeiro, quando as novas profissionais buscam sua carteira

de identidade profissional. Os estudantes receberam informações sobre as estruturas do CRESS e do Conselho Federal, as diversas ações políticas desenvolvidas pelo Conjunto, as comissões temáticas e, mais detalhadamente, a função da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). Também foram abordados assuntos como sigilo profissional e projeto de intervenção.

A Seccional de Volta Redonda pretende visitar outras universidades da região, inicialmente em turmas de últimos períodos, com o objetivo de desmistificar a ideia de que o Conselho é unicamente um órgão de regulação e fiscalização, mostrando suas características políticas e pedagógicas. É importante que quem ainda está na graduação conheça o funcionamento do Conjunto e compreenda que as decisões do Conselho são tomadas a partir de dis-



cussões onde a categoria tem voz.

A receptividade foi bastante positiva e já no primeiro semestre de 2014 e o projeto deve ser expandido para os demais cursos da região. A Seccional de Volta Redonda deve começar a realizar as cerimônias de entrega do título de assistente social na região a partir de março de 2014, com profissionais que concluíram seus cursos de graduação no último semestre de 2013.

Campos do Goytacazes



Em defesa do exercício profissional na Região Norte Fluminense

A Seccional de Campos dos Goytacazes e, em particular o núcleo "Luta, Ética e Direitos", que abrangem os municípios de São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, Itaocara, Cambuci, Aperibé, Santo Antônio de Pádua e Miracema, tem pela frente um desafio e tanto: a luta pela permanência das profissionais de Serviço Social na política de saúde, em particular em São Fidélis.

A Secretaria de Saúde do município está remanejando as profissionais nela lotadas para outras políticas públicas como a política de assistência social, retirando-as inclusive de programas do Sistema Único de Saúde (SUS), que exigem a participação de profissionais de Serviço Social. A Resolução 287/1998, do Conselho Nacional de Saúde, relaciona 14 categorias profissionais de nível superior como profissionais de saúde, dentre elas, o Serviço Social. Portanto, a presença dessa categoria profissional na política de saúde é fundamental para o alcance dos

preceitos constitucional da saúde como direito da população brasileira.

Num primeiro momento, integrantes do núcleo "Luta, Ética e Direitos" propuseram construir documento para apresentar à Secretaria Municipal de Saúde, mostrando a importância de se garantir a inserção de assistentes sociais nas diversas políticas municipais, em especial a saúde. Depois, decidiu-se que era melhor marcar uma audiência para o início de 2014 com o gestor da Secretaria Municipal de Saúde, e também incluir a questão na pauta do Conselho Municipal de Saúde de São Fidélis, contando com o apoio da representação do CRESS neste Conselho.

Sabendo da necessidade de ressaltar a importância do Serviço Social na saúde, o Departamento de Serviço Social do Hospital Ferreira Machado e a Seccional de Campos realizaram, no dia 12 de dezembro, no auditório da Santa Casa de



Misericórdia de Campos, o III Encontro de Assistentes Sociais da Fundação Municipal de Saúde.

O encontro serviu para a importância da iniciativa da categoria de tomar a frente na defesa de suas posições diante das questões que vêm se apresentando ao exercício da profissão no quadro das políticas públicas, especialmente na região. A participação das assistentes sociais no debate revelou a necessidade de construção de um projeto coletivo que potencialize o exercício profissional e fortaleça os espaços de acesso qualificado da população à rede de serviços sociais públicos na área.

Tal iniciativa fortalecerá o Serviço Social além de possibilitar conquistas para as múltiplas áreas de investimentos públicos estatais, especialmente aquelas relativas ao Sistema Único de Saúde, na interface com as demais políticas públicas no território do Norte e Noroeste Fluminense.

Outras ações do CRESS

Outubro e novembro de 2013

Seminário sobre Serviço Social e Psicologia no SUAS do Norte e Noroeste Fluminense – dias 25 e 26/11, em Campos dos Goytacazes, o evento discutiu o financiamento da política de assistência social e a gestão do trabalho no SUAS, com a participação da representação do CRESS-RJ no Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. Foi indicada a criação de Fórum dos Trabalhadores do SUAS da região.

Desagravo público a favor da assistente social Marilene Pessanha – durante o Seminário do SUAS do Norte e Noroeste Fluminense, foi realizado o ato público de desagravo a favor da assistente social Marilene Pessanha, que teve sua honra profissional ofendida pela ex-Secretária Municipal de Família e Assistência Social de Campos dos Goytacazes, Izaura Colodete Sá. Também houve ato de apoio à assistente social no Conselho Municipal de Assistência Social de Campos.

XI Fórum de Saúde no Sistema Penitenciário – dia 4/10, no auditório do Conselho Regional de Psicologia, foi realizada reunião de balanço das lutas para a implantação do SUS gratuito e 100% estatal no sistema penitenciário do estado. O CRESS-RJ foi reeleito para a Secretaria Executiva do Fórum.

Serviço Social no campo sociojurídico – a Comissão Sociojurídica do CRESS organizou rodas de conversa para discutir temas preparatórios do documento a ser publicado pelo CFESS. Dia 7/10, o debate focou as políticas públicas; dia 21/10, as políticas públicas de segurança e nas corporações militares. Dia 22/11, o CRESS-RJ participou da reunião em Brasília do GT Nacional, que discutiu a versão final do documento sobre o trabalho profissional no campo sociojurídico.

Reunião do Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social e Questão Urbana – no dia 2/11, em Brasília, o CRESS-RJ participou da reunião do GT coordenado pelo CFESS. Foi produzido o CFESS Manifesta, distribuído na Conferência Nacional das Cidades, e discutido o roteiro da cartilha a ser publicada sobre o tema.

Fóruns de Supervisão de Estágio – o CRESS-RJ participou de diversos fóruns organizados pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social): no dia 2/10, na UFF/Rio das Ostras, do Fórum da Região dos Lagos, Norte e Noroeste; no dia 1/11, na UFF/Niterói, participou e compôs mesa do Fórum



XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – de 14 a 18/10, o CRESS-RJ esteve presente através de conselheiros e funcionários que tiveram trabalhos aprovados no evento. Também estiveram presentes autores dos trabalhos apresentados durante o congresso estadual, realizado em maio, cuja inscrição foi paga pelo CRESS.

que reuniu escolas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; dia 27/11, participou e mediu mesa do Fórum Estadual do Rio de Janeiro, na UERJ.

Multiplicação do Curso “Ética em Movimento” – o CRESS-RJ realizou, nos dias 7, 9, 22 e 23/10, a multiplicação do curso “Ética em movimento”.

Oficina sobre ética profissional e produção de laudos e pareceres – a convite da Coordenação do Serviço Social do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), o CRESS-RJ ministrou oficina sobre o tema para assistentes sociais da instituição, no dia 24/10.

Semana Acadêmica da Universidade Federal Fluminense – “Serviço Social e os desafios contemporâneos à profissão” foi o tema da mesa que o CRESS-RJ compôs durante o evento em Niterói. O debate ocorreu na Escola de Serviço Social, dia 24/10.

“Drogas: por que te quero?” – O CRESS-RJ compôs a mesa “O pensar interdisciplinar”, durante o VIII Seminário do Curso de Direito Especial da Criança e do Adolescente, da Faculdade de Direito da UERJ.

Oficina Regional da ABEPSS – realizado na Escola de Serviço Social da UFF/Niterói, o CRESS-RJ participou da mesa de abertura e acompanhou os debates realizados pelas Es-

colas de Serviço Social do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Conferência Nacional das Cidades – o CRESS-RJ participou como delegado da Conferência realizada em Brasília, entre os dias 20 e 24/11.

Curso “Ética em Movimento” – realizado pelo CFESS no período de 9 a 16/11, em Brasília, o CRESS-RJ participou da 12ª edição do curso.

Drogas e direitos humanos – o CRESS-RJ participou de reunião do Fórum pela Saúde, no dia 19/11, representando a Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos. No dia 23/11, participou do Curso de Extensão “Políticas Públicas para atenção ao usuário de álcool e outras drogas”, do Centro de Cidadania da UFRJ. No dia 26/11, participou da reunião da Frente Nacional, em Salvador, Bahia. No dia 29/11, compôs a mesa “Internação forçada: política errada”, durante o XX Fórum de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto.

Rede de saúde mental – as Comissões de Direitos Humanos e de Saúde do CRESS-RJ participaram da roda de conversa, organizada em conjunto com o CRP-RJ, com assistentes sociais e psicólogos da rede de atenção básica em saúde mental da região metropolitana, dia 21/10.



Ato contra as violências do Estado – realizado no dia 2/10, e organizado por diversas entidades da sociedade civil, dentre elas o CRESS-RJ. O Conselho afirmou publicamente o compromisso de assistentes sociais com a defesa de direitos humanos.

Fórum das COFI da Região Sudeste – nos dias 1 e 2/11, em Vitória/ES, o CRESS-RJ participou da reunião com as Comissões de Orientação e Fiscalização dos estados do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Conferência Estadual de Assistência Social – de 16 a 18/10, o CRESS-RJ esteve presente à Conferência como delegado, e foi eleito para a Conferência Nacional.

II Seminário “Os Desafios para o enfrentamento à tortura” – realizado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, na EMERJ, dias 31/10 e 1/11, o CRESS-RJ compôs o painel “Drogas e os impactos do proibicionismo”.

Encontros CRESS-Seccionais – o CRESS-RJ realizou dois encontros para discutir organização sindical de assistentes sociais com profis-

sionais do interior do estado. O encontro em Campos dos Goytacazes ocorreu dia 26/10; em Volta Redonda, dia 23/11.

Debate sobre produção de documentos – dia 12/11, na subsede do CRP na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, o CRESS-RJ discutiu o tema com assistentes sociais e psicólogos que atuam na política de assistência social da região.

1ª Feira das Profissões do Centro de Referência da Juventude – dia 12/11, o CRESS-RJ participou da atividade da Superintendência de Políticas para a Juventude da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do Rio de Janeiro, na Cidade de Deus. O CRESS falou sobre a profissão de Serviço Social e defendeu o acesso de todos ao ensino superior.



Audiência pública sobre Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – convocada pela Comissão da Criança e do Adolescente da ALERJ, o CRESS-RJ participou da mesa da audiência realizada dia 13/11.

Assistência social em Maricá – o CRESS-RJ participou do evento realizado pela Prefeitura Municipal de Maricá, dia 2/10, que reuniu prefeito, gestores e profissionais do município para discutir a política de assistência social.

Oficinas sobre maternidade de usuárias de crack – em parceria com o Fórum Estadual de População Adulta de Rua, o CRESS-RJ vem realizando oficinas, reunindo profissionais de maternidades do município do Rio (dias 8/10 e 27/11, a oficina ocorreu no auditório do CRESS).

O CRESS-RJ na mídia – no dia 22/10, o CRESS-RJ participou do programa Tema Livre, da Rádio Nacional, sobre “Mais médico e saúde no Rio de Janeiro”. Na ocasião, defendeu o SUS público, gratuito e 100% estatal, mais investimentos em prevenção e ampliação da rede pública. Falou também da importância de assistentes sociais na política de saúde. Ouça o programa no canal do CRESS no YouTube (acesse www.cress.org.br).

AÇÕES DO CRESS – Outubro e novembro de 2013		NÚMEROS
Pedidos de novas inscrições / reinscrições		202
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		46
Cerimônias de Entrega do Título de Assistente Social		02
Atendimentos da COFI	Por telefone	143
	Por e-mail	61
	Pessoalmente	40
Visitas realizadas		35
Novos procedimentos da COFI		08
Fiscalização de editais de concursos e vagas		01
Edições do curso “Ética e exercício profissional”		01
Novas denúncias éticas	De usuários	-
	De assistentes sociais	-
	De outros	01
Processos éticos em andamento	Com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	10
	Sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	11
Julgamentos éticos realizados		02
Novas denúncias de desagravo público		01
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		29
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		05
Reuniões de Núcleos do CRESS		10
Reuniões de Conselho Pleno		03



Assistentes sociais da Argentina – no dia 21/11, o CRESS-RJ recebeu duas assistentes sociais da Argentina que representam o conselho profissional de La Plata, capital de Buenos Aires, interessadas em conhecer as experiências do CRESS-RJ.

Balanço 2013

Ano de muitas lutas, realizações e conquistas

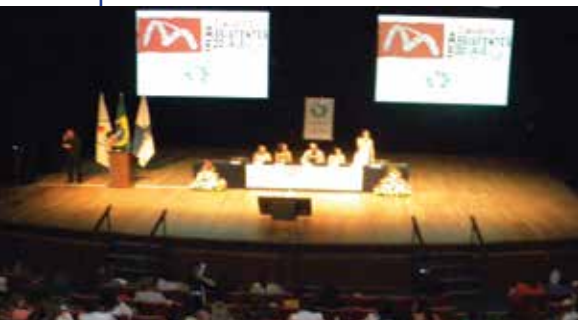
O ano de 2013 ficará na memória como ano de lutas. Lutas que ganharam visibilidade quando milhões de brasileiros foram para as ruas, unificadas pela bandeira contra o aumento das passagens de ônibus, a violência policial e os investimentos absurdos em obras da Copa. Mas lutas que começaram antes e continuam, independente da visibilidade midiática.

O CRESS-RJ se somou e contribuiu com esses movimentos. Organizamos, ainda em agosto, debate sobre os protestos e suas repercussões para o Serviço Social.

O CRESS-RJ também participou e apoiou a luta sindical de assistentes sociais da prefeitura do Rio de Janeiro pela implantação das 30 horas. A vitória veio, finalmente, em novembro deste ano.

I Congresso Estadual, seminários e ciclos de debate

Ao longo de 2013, muitas atividades foram realizadas pelo Conselho. A principal foi o I Congresso Estadual de Assistentes Sociais, realizado em maio, como atividade preparatória para o 14º CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). Um encontro rico que reuniu cerca de 500 participantes, inclusive do exterior. Alguns trabalhos sorteados receberam incentivo para participar do CBAS.



As comissões temáticas do CRESS-RJ, além das reuniões cotidianas, realizaram vários eventos. Saúde, Empresa e Comunicação realizaram seminários estaduais. Educação realizou encontro do Norte e Noroeste Fluminense e Baixada Litorânea. Direitos Humanos organizou evento sobre tortura e exercício profissional.

Houve ainda os ciclos de debates da Comissão Sociojurídica e de Saúde, além do Cine GEDS (Gênero, Etnia e Diversidade Sexual) e das rodas de conversa organizadas pelas Comissões de Assistência Social nas Seccionais.

Nas Seccionais, também houve debate sobre organização sindical.

Representações externas

Reflexo do reconhecimento que o CRESS e o Serviço Social vêm conquistando o nosso Conselho foi eleito para novos postos em conselhos de controle social. Entre eles, o Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente e o Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Também assumiu a secretaria executiva do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e foi reeleito para a secretaria executiva do Fórum Estadual sobre Saúde no Sistema Penitenciário.

Participou, também de diversas audiências públicas: sobre escuta de crianças e adolescentes; política de recolhimento compulsório; comunidades terapêuticas; Serviço Social na Educação e saúde no sistema prisional.

O CRESS teve, ainda, participação permanente nos fóruns de supervisão de estágio da ABEPSS em todo o estado.

Comunicação

No início do ano, o Praxis passou de 12 para 16 páginas e ganhou novo tratamento gráfico. No dia 10 de outubro, durante a festa de comemoração dos 50 anos do Conselho, foi colocado no ar o novo site, com muito mais informação e espaço de interatividade.



Interiorização consolidada

A criação dos núcleos em onze regiões do estado, em 2012, deu maior organicidade ao processo de interiorização do CRESS-RJ. Este ano, conseguimos casar a interiorização com o curso Ética e Exercício Profissional. Todas as áreas de atuação profissional foram atendidas na capital. Agora estão sendo realizados os mesmos cursos no interior. Em 2013, foram realizados em Cabo Frio (Núcleo Josy Ramos), Nova Friburgo (núcleo Esterlina Ramos), Niterói (núcleo Maria Conga e Andorinhas) e Belford Roxo (núcleo Baixada Organização e Luta).

No mês de maio, houve ampliação dos seminários regionais para o interior.

Além disso, muitos núcleos estão desenvolvendo suas próprias atividades, com bastante autonomia. Outra medida, no início do ano, foi aprovar a participação de representantes de núcleos e comissões temáticas nas reuniões da direção Conselho.



Publicações

O CRESS-RJ fechou o ano de 2013 com a publicação do livro "Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social", que reúne artigos de assistentes sociais analisando cada um dos onze princípios do nosso código de ética articulando-os ao fazer profissional.

Ainda neste ano, o CRESS-RJ publicou a Cartilha de Direitos Humanos.

Organização interna

No plano de recursos humanos, a jornada de 30 horas, que já era cumprida pelos profissionais de nível superior, foi estendida a todos os funcionários do CRESS. Também foi encaminhada a proposta de novo Plano de Cargos dos trabalhadores do CRESS e a Política de Recursos Humanos do Conselho, que ainda estão em debate.